



EXCELENTÍSSIMA SENHORA VEREADORA LUCIMAR PONCIANO LUZ,
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JACARÉ.

PROTOCOLO Nº	1226	TIPO:	A
DATA	10/12/18	ASS:	[Signature]
CÂMARA MUNICIPAL DE JACARÉ			

Processo de Contas Municipais

Autos nº 210/2015 (TC-1324/026/11)

Contas anuais - Exercício de 2011

*Por gentileza juntar-se
as atas e dar ciência
as mesas para fatura
(Ass.) 10/12/18*

Lucimar Ponciano Luiz
Presidente

HAMILTON RIBEIRO MOTA, melhor qualificado no instrumento de mandato anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados adiante assinados, em face da intimação publicada no Boletim Oficial do Município de Jacaré no dia 30/11/2018, ofertar **MANIFESTAÇÃO ESCRITA** a respeito das contas municipais alusivas ao exercício de 2011, ao final da qual se espera demonstrar a plena higidez e lisura das contas em testilha, conforme as razões adiante expostas.

Considerações iniciais

Inicialmente, cumpre esclarecer que o peticionário, na condição de ex-Prefeito do Município de Jacaré, foi informado, por meio da publicação do Boletim Oficial do Município de Jacaré, acerca do Decreto Legislativo nº 406/2018.

O Decreto acima destacado revogou os Decretos Legislativos nºs 377/2016 e 378/2016 que haviam, então, rejeitado as contas anuais referentes aos exercícios de 2011 e 2012, anos em que o peticionário esteve à frente da Prefeitura Municipal de Jacaré.





A razão para tanto diz respeito à declaração de
inconstitucionalidade do art. 28, inciso VII, alínea "b", da Lei Orgânica do Município
de Jacaréi:

Artigo 28 - Compete privativamente à
Câmara Municipal exercer as seguintes
atribuições, dentre outras:

(...)

VII - tomar e julgar as contas do
Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal
de Contas do Estado no prazo máximo de 60
(sessenta) dias de seu recebimento, observados
os seguintes preceitos:

(...)

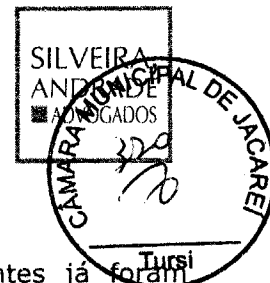
**b) decorrido o prazo de 60 (sessenta)
dias, sem deliberação pela Câmara, as
contas serão consideradas aprovadas ou
rejeitadas, de acordo com a conclusão do
parecer do Tribunal de Contas;** (destaque
aditado)

Ou seja, o dispositivo legal que permitia o "julgamento
ficto" das contas municipais, em virtude do decurso de prazo de 60 (sessenta) dias
relativo à Câmara Edil, foi alvejado, no bojo da ação direta de inconstitucionalidade
nº 2189951-23.2016.8.26.0000, determinando-se novo julgamento dos exercícios
em referência.

A fim de subsidiar o novo julgamento do processo de contas
em testilha, vem o peticionário ofertar a presente manifestação escrita, ao fim da
qual se demonstrará, de um lado, a incorreção do parecer exarado pelo E. Tribunal
de Contas do Estado de São Paulo; de outro, a plena higidez das contas municipais
alusivas ao exercício de 2011.

Por derradeiro, cumpre consignar que a presente
manifestação cinge-se aos apontamentos constantes do parecer exarado pelo E.
TCE/SP, que rejeitou as contas referentes ao exercício de 2011, uma vez que





eventuais outros apontamentos deduzidos pelos órgãos preopinantes já foram superados, à medida que justificados e acolhidos pela E. Corte de Contas. D'outro lado, a manifestação do ex-Prefeito a respeito das contas alusivas ao exercício de 2012 será processada em minuta apartada.

É o que se passa a ver.

Dos apontamentos deduzidos pelo E. TCE/SP (TC nº 1324/026/11)

Conforme se extrai do parecer final exarado pela Corte de Contas, publicado no dia 14/01/2015, foram dois os motivos pelos quais concluiu-se pelo opinamento desfavorável ao exercício de 2011:

"as razões fulcrais que deram supedâneo ao Parecer Desfavorável à aprovação das Contas de Jacareí, exercício de 2011, recaíram na inobservância do art. 212 da Constituição Federal, com **24,51%** em manutenção e desenvolvimento do ensino; e aplicação no FUNDEB de **99,59%**"

A despeito de terem sido cumpridos os mandamentos constitucionais e legais concernentes à realização de despesas com saúde, remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, precatórios, subsídios dos agentes políticos, além de um *superávit* orçamentário razoável de 3,61%, a não aplicação dos recursos mínimos em educação (24,51%) teria comprometido irremediavelmente das contas do Município.

A Corte de Contas, ainda, sustentou enquanto razão ensejadora da desaprovação das contas a aplicação de 99,59% dos recursos advindos do FUNDEB, tendo deixado a Municipalidade, supostamente, de empregar a parcela diferida, no montante de R\$ 159.604,26 até 31/03/2012.

Conforme se passará a demonstrar, porém, o parecer final exarado pela Corte de Contas não espelha o melhor entendimento acerca das contas municipais referentes ao exercício de 2011, uma vez que aplicou glosas indevidas, desconsiderou a integralidade dos restos a pagar e, por fim, deduziu, em relação à





movimentação do FUNDEB, entendimento incompatível com a própria jurisprudência da época, ferindo frontalmente o princípio da isonomia e da segurança jurídica.

É o que se passa a ver.

Dos valores efetivamente aplicados no ensino público

III.1 Despesas com serviços de manutenção de áreas verdes das unidades educacionais

Consoante acima indicado, o E. TCE/SP alcançou o – equivocado – entendimento pela desaprovação das contas municipais com relação aos gastos com Educação, sobretudo, em virtude da indevida aplicação de glosa no valor de R\$ 2.414.952,02 (dois milhões, quatrocentos e catorze mil, novecentos e cinquenta e dois reais e dois centavos), expurgando-o da rubrica orçamentária destinada à Educação.

Esse entendimento, cumpre notar, aduz que **não houve demonstração de que as despesas foram realizadas com manutenção e limpeza de dependências da Divisão de Educação.**

Seguindo esse raciocínio, o fato das despesas, no referido valor, terem sido discriminadas como "*Concessão para delegação da gestão de serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos – Contrato 300100/10 – Concessão Ambiental Jacareí.*", não demonstra, de modo inequívoco, que elas foram realmente direcionadas ao pagamento de prestações de serviços em dependências da divisão de educação.

Não obstante, duas observações merecem destaque:

- a) O entendimento da Corte de Contas admite que as despesas de conservação e limpeza das unidades

educacionais são abrangidas pelo artigo 70, inciso III, da LDB¹;

- b) A decisão não reconhece a prova constante nos autos de que os serviços foram efetivamente prestados em dependências da divisão de educação.

Partindo da premissa de que as despesas com serviços de manutenção de áreas verdes das unidades educacionais **podem ser computadas** no percentual previsto no artigo 212 da Constituição Federal, por inteligência do artigo 70, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases, passa-se ao exame da prova constante nos autos.

Por meio de **notas de empenho e medições**, juntadas aos autos do TC nº 1324/026/11 pela Municipalidade, fez-se prova de que **os serviços foram efetivamente prestados e que as despesas indevidamente expurgadas são oriundas de prestação de serviços de manutenção de áreas verdes de escolas do ensino fundamental.**

Os documentos encartados demonstram que foram feitas intervenções nas seguintes unidades de ensino fundamental:

- EMEF Profª Delly Gaspar dos Santos;
- EMEF Profª Ricardina dos Santos de Moraes;
- EMEF Profª Beatriz Junqueira da Silva Santos;
- EMEF Profª Conceição Aparecida Magalhães Silva;
- EMEF Barão de Jacaré;
- EMEF Darci Lopes;
- EMEF Profª Célia Guedes;
- EMEF Profª Maria Tereza Ganassali de Oliveira;
- EMEF Profº Ayrton Soares do Nascimento;
- EMEF Profº Aluizio do Amaral Campos;
- EMEF Profº Joaquim Passos e Silva;
- EMEF Santo Antônio da Boa Vista;

¹ “Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino” (g.n.)



- EMEF Jorge Vieira da Silva;
- EMEF Profª Otília Arouca;
- EMEF Profº Tito Máximo;
- EMEF Profº Décio Moreira;
- EMEF Presbítero Mabito Shoji.

Ao encartar aos autos as medições e notas de empenho da despesa, a Municipalidade se desincumbiu do ônus da prova da prestação e do pagamento dos serviços.

Todavia, à despeito do amplo acervo probatório acostado aos autos, a decisão *a quo* manifestou o entendimento de que *"não houve comprovação de que os serviços foram efetivamente prestados nas unidades de ensino"*.

Ou seja, o voto condutor do julgamento do TC nº 1324/026/11 **NÃO APRECIOU** prova constante nos autos, **negando a existência de fato devidamente provado**. Documentos juntados ao mencionado processo demonstram cabalmente tanto a prestação dos serviços quanto o seu pagamento e foram **ignorados** pelo eminente Conselheiro Relator, que sobre eles não emitiu nenhum juízo de mérito.

A omissão chegou a ser objeto de Embargos de Declaração, **mas o Relator insistiu na tese de que não houve comprovação do alegado**. Em sua decisão, assim consignou:

"O voto condutor indicou com clareza que a impugnação da despesa relativa à conservação, limpeza e manutenção de áreas verdes, serviços esses que a Embargante afirma terem sido realizados em escolas, deveu-se ao fato de não haver comprovação, de forma inequívoca, de que ocorreram nas dependências de unidades educacionais".

Ocorre que, por ocasião da apresentação de defesa, foram acostadas **medições e notas de empenho** indicando as escolas, os serviços prestados e os valores efetivamente pagos. Ao desconsiderar, portanto, a existência





da prova nos autos, o eminente Relator do TC nº 1324/026/11, desatendendo o **Princípio da Verdade Material**, denotando o equívoco que lastreou o parecer desfavorável às contas municipais.

Não obstante apontar as razões que ensejaram a emissão e parecer desfavorável à aprovação das contas por desatendimento ao artigo 212 da Constituição Federal, o voto condutor do julgamento do referido expediente **não apreciou, no mérito, os documentos que comprovam a efetiva prestação dos serviços.**

Em outras palavras, **a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas da Municipalidade se deu contra prova constante nos autos, o que demonstra a incorreção do parecer exarado pela Corte de Contas e a consequente necessidade de afastar a glosa praticada pelos órgãos preopinantes.**

A finalidade da prova é formar a convicção do magistrado sobre os fatos relevantes e pertinentes da causa. Na lição de **MANOEL ANTONIO TEIXEIRA FILHO²**:

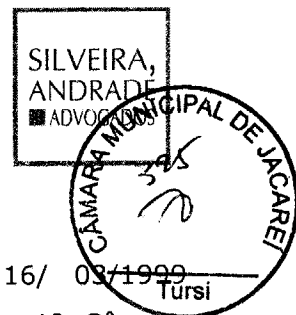
"A prova não tem apenas a finalidade de convencer, mas sobretudo, restringir e nortear a formação do convencimento do Magistrado, eis que, por força de disposição legal (CPC, artigo 131 do CPC), o julgador não pode decidir contra a prova existente nos autos, sob pena de nulidade da sentença".

Neste sentido, eis a contundente jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

"Não pode o julgador se furtar à apreciação de todos os elementos comprobatórios colacionados, sob pena de infringir o princípio da verdade material que informa o processo no âmbito desta Corte de

² TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. *A prova no processo do trabalho*. 8 ed. São Paulo: LTR, 2003. p. 66





Contas". (Acórdão 76/1999 Sessão: 16/ 03/1999
Primeira Câmara Grupo II - CLASSE II - 1ª Câmara
Relator: Min. Marcos Vilça) (grifos nossos)

Desta forma, em razão do julgamento da matéria perante o E. TCEP/SP ter sido fundamentado somente na alegação dos órgãos preopinantes, à revelia da prova produzida, de rigor o reconhecimento quanto à imprestabilidade do parecer lavrado pela Corte de Contas.

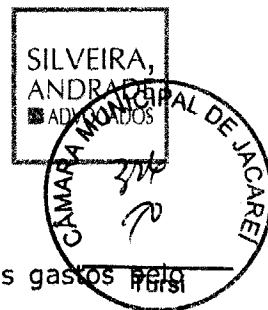
Ora, se as medições não são aptas a demonstrar a prestação dos serviços, que documentos seriam? Note-se que a decisão não discute se as despesas podem ou não podem ser computadas no ensino, mas se existiu ou não o fato gerador da despesa.

Destaca-se que na Nota de Empenho nº 4489 foram gastos R\$ 1.425.230,04, ao passo que na Nota de Empenho nº 4497 despendeu-se R\$ 989.721,98, somando, no total, **R\$ 2.414.952,02** de investimentos legítimos do Município no Ensino. Nelas, consta expressamente o seguinte:

FUNÇÃO: 12 – Educação
SUBFUNÇÃO: 361 – Ensino Fundamental
PROGRAMA: 0008 – Revitalização do Ensino Fundamental
AÇÃO: Manutenção de Áreas Verdes de escolas de Ensino Fundamental
APLICAÇÃO: 220.0000 – ENSINO

Ressalte-se que tal valor não se refere apenas aos serviços prestados à conta da Secretaria de Educação, mas que foram também empenhados diretamente nas dotações do ensino, de forma a tornar clara a origem e o destino da despesa. Assim, o valor de **R\$ 2.414.925,02** deve ser reintegrado ao cálculo das despesas com ensino em 2011, afastando-se de vez as glosas indevidamente aplicadas.





Somados os mencionados valores ao demais gastos pelo Município no ano em referência, conclui-se pela regularidade das contas prestadas, o que requer-se desde logo seja reconhecimento.

III.2. Restos a pagar não quitados no exercício

Outro valor que deve ser computado nos gastos constitucionais de Jacareí com Educação, no exercício de 2011, correspondem aos restos a pagar de 2010, efetivamente quitados durante o exercício de 2011, mas glosados pela E. Corte na análise das contas daquele exercício. Refere-se aqui aos R\$ 363.913,17 de restos a pagar de 2010 que foram expressamente glosados pela E. Corte na análise das contas tratadas no TC 2852/026/10 sob a alegação de não terem sido quitados até 31.01.2011, nos seguintes termos:

*"Das despesas empenhadas no exercício foi excluída a parcela de restos a pagar não quitados até 31/01/2011, no valor de R\$ 363.913,17. A Origem contestou esse valor, afirmando que do montante inscrito em 31/12/2010 (R\$ 1.953.766,10) somente R\$ 3.860,77 não foram quitados até 31/01/2011, apresentando uma relação nesse sentido; no entanto, desacompanhada dos respectivos documentos probatórios, motivo pelo qual mantenho a impugnação inicialmente feita."*³

Com efeito, trata-se de investimentos reconhecidamente legítimos do Município no ensino, amparados pelo artigo 212 da Constituição Federal e pelo artigo 71 da LDB, mas que não foram computados nem como despesas de 2010 (expressamente excluídas pela Corte de Contas), nem como despesas de 2011. E essa situação certamente não parece ser admissível, pois, afinal, se são gastos legítimos do Município com o ensino, devem ser computados no percentual de algum exercício. E se não o foram em 2010, pertencem logicamente ao exercício de 2011.

³ TC 2852/026/10, Primeira Câmara, Rel. Cons. Cristiana de Castro Moraes, DOE de 24.10.2012.





Assim é que se requer a inclusão nos percentuais de Jacareí os R\$ 363.913,17 relativos aos restos a pagar de 2010, não computados naquele exercício, e que foram efetivamente quitados em 2011.

III.3. Conclusão: total de investimentos no ensino no exercício de 2011

Incluindo-se nos cálculos da Municipalidade todos os valores discutidos acima, chega-se ao seguinte índice:

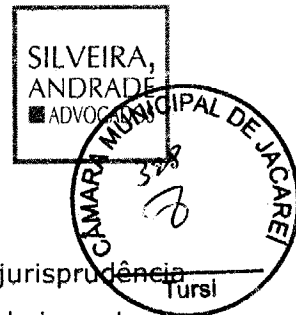
DISPOSITIVO	VALOR (R\$)	Percentual
Receita de Impostos e Transferências	315.144.474,64	100%
DESPESAS DO ENSINO FUNDAMENTAL/INFANTIL		
Despesas consideradas pela Auditoria	76.104.048,12	24,51%
Limpeza, conservação e manutenção de áreas verdes das escolas municipais	(+) 2.414.952,02	
Restos a pagar de 2010, quitados em 2011, e não computados em exercício nenhum	(+) 363.913,17	
TOTAL DA APLICAÇÃO NO ENSINO	R\$ 80.025.347,23	25,39%

Não há dúvidas, portanto, que no exercício de 2011 o Município de Jacareí cumpriu totalmente suas obrigações constitucionais relacionadas ao ensino público, aplicando **25,39%** de sua receita de impostos originais e transferidos no ensino fundamental e infantil, concluindo-se pela regularidade das despesas com Educação e, portanto, das contas do mencionado exercício.

Movimentação do FUNDEB

Outro aspecto abordado pelo parecer opinativo desfavorável diz respeito ao suposto descumprimento do § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/07, já que, com relação ao FUNDEB, teria sido verificada "a não utilização da parcela diferida (R\$ 159.604,26) no primeiro trimestre de 2012."





Todavia, cumpre notar que, nos termos da jurisprudência do TCE/SP lavrada à época dos fatos, a não utilização da parcela diferida importaria, apenas, a recomendações, e não à desaprovação das contas.

É o que se verifica dos processos TC's-1464/026/11, 1402/026/11, 1312/026/11 e 1432/026/11, **que, aliás, tratam do exame de contas do mesmo exercício das Prefeituras de Zacarias, Santo Antônio da Alegria, Ferraz de Vasconcelos e Taquaritinga, respectivamente:**

TC-1464/026/11 – Contas Anuais 2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE ZACHARIAS

Aplicação no Ensino	27,49%
Aplicação na Valorização do Magistério	91,84%
Utilização dos Recursos do FUNDEB no ano	99,96%
Aplicação na Saúde	20,89%
Despesas com Pessoal e Reflexos	39,16%
Superávit orçamentário	3,31%

TC-1402/026/11 – Contas Anuais 2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA

Aplicação no Ensino	28,11%
Aplicação na valorização do magistério	61,68%
Utilização em 2011 dos recursos do FUNDEB	99,13%
Aplicação na Saúde	27,49%
Despesas com Pessoal e Reflexos	47,81%
Superávit Orçamentário	0,47%

TC-1312/026/11 – Contas Anuais 2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICÉM

Aplicação no Ensino	27,00%
Aplicação na Valorização do Magistério	63,28%



Utilização dos Recursos do FUNDEB no ano	99,63%
Aplicação na Saúde	23,18%
Despesas com Pessoal e Reflexos	37,00%
Superávit orçamentário	1,55%

TC-1432/026/11 – Contas Anuais de 2011

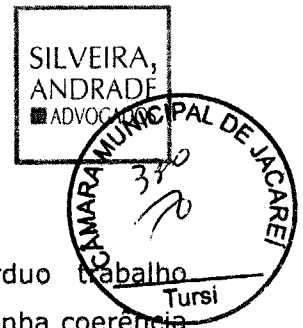
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

APLICAÇÃO NO ENSINO	24,83%
DESPESAS COM FUNDEB	98,48%
MAGISTÉRIO – FUNDEB	64,74%
DESPESAS COM PESSOAL	47,81%
APLICAÇÃO NA SAÚDE	30,69%
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	0,24%

Além de já terem sido admitidos percentuais análogos dos recursos recebidos do FUNDEB, todos os precedentes jurisprudenciais aqui relacionados correspondem ao **mesmo exercício tratado nestes autos**.

Assim sendo, a decisão exarada pela Corte de Contas, em dissonância com a sua própria jurisprudência, fere frontalmente o **Princípio da Isonomia e da Segurança Jurídica**. O jurisdicionado tem o direito de receber do Tribunal o mesmo tratamento recebido por outras Municipalidades em situação idêntica ou menos favorável do que a identificada nestes autos.

Em outras palavras, a decisão proferida nestes autos foi claramente discrepante do que as prolatadas nos autos dos processos que tratam das Contas Municipais das Prefeituras de Zacarias, Santo Antônio da Alegria, Ferraz de Vasconcelos e Taquaritinga do mesmo exercício, as quais foram reputadas regulares mesmo com índices de aplicação de recursos do FUNDEB em percentuais muito parecidos ou até inferiores aos verificados no caso vertente.



Com o máximo respeito dirigido ao árduo trabalho desempenhado pela Corte de Contas, é preciso que o Tribunal mantenha coerência com as suas próprias decisões e, sobretudo, com a paridade no tratamento de seus jurisdicionados.

Nas palavras do Eminentíssimo Ministro **GOMES DE BARROS** perante a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça:

*"O STJ foi concebido para um escopo especial: orientar a aplicação da lei federal e unificar-lhe a interpretação, em todo o Brasil. Se assim ocorre, **é necessário que sua jurisprudência seja observada, para se manter firme e coerente.** Assim sempre ocorreu em relação ao STF, de quem o STJ é sucessor, neste mister. Em verdade, o Poder Judiciário mantém sagrado compromisso com a justiça e a segurança. **Se deixarmos que nossa jurisprudência varie ao sabor das convicções pessoais, estaremos prestando um desserviço às nossas instituições. Se nós - os integrantes desta Corte - não observarmos as decisões que ajudamos a formar, estaremos dando um sinal para que os demais órgãos judiciários façam o mesmo. Estou certo de que, em acontecendo isso, perde o sentido a existência de nossa Corte. Melhor será extingui-la.**" (RSTJ, 157/17: REsp 228.432-ED-AgRg; palavras do Min. Gomes de Barros perante a Corte Especial do STJ, em sessão de 1.2.02).*

Desta feita, de rigor se faz a consignação de regularidade das contas alusivas ao exercício de 2011, de modo que o não atingimento de 100% de repasse do FUNDEB seja, no máximo, levado à seara das recomendações.

Pedidos

Ante o exposto, requer-se sejam aprovadas as contas alusivas ao exercício de 2011, tendo-se em vista o atingimento do percentual





constitucional referente à aplicação de verbas na educação e, com relação ao não atingimento de 100% de repasse do FUNDEB, tal fato nos termos da massiva jurisprudência da Corte, leva à seara das recomendações.

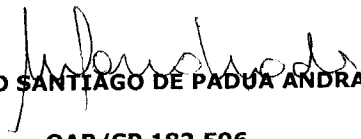
Pugna-se, por fim, que eventuais críticas remanescentes sejam, como de costume, remetidas ao campo das recomendações.

Termos em que, P. deferimento.

De São Paulo para Jacareí aos 10 de dezembro de 2018.

HELIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA

OAB/SP 154.003


MARCELO SANTIAGO DE PADUA ANDRADE
OAB/SP 182.596



PROTOCOLO Nº <u>1223</u>	TIPO: <u>A</u>
DATA <u>10/12/18</u>	ASS: <u>m</u>
CAMARA MUNICIPAL DE JACAREI	



*PROCURAÇÃO
AD JUDICIA ET EXTRA*

Pelo presente instrumento particular, **HAMILTON RIBEIRO MOTA**, brasileiro, casado, arquiteto, portador do RG 19.318.848 e CPF 062.483.488-39, residente à Rua Watson Macedo n.º 46, Villa Branca, em Jacareí-SP, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados **HÉLIO FREITAS DE CARVALHO DA SILVEIRA, OAB/SP 154.003**, brasileiro, separado; **MARCELO SANTIAGO DE PADUA ANDRADE, OAB/SP 182.596**, brasileiro, casado; integrantes da Sociedade de Advogados **SILVEIRA, ANDRADE - ADVOGADOS**, com registro na **OAB/SP 7873**, todos com escritório na Rua Sampaio Viana n.º 202, conj. 122, Paraíso, São Paulo, telefones e fac-símile (11) 3052-3931 e 3051-6325, endereço eletrônico sap@sap.adv.br, aos quais outorga amplos e gerais poderes da cláusula *ad judicia et extra*, para o foro e à administração em geral, em qualquer juízo, instância ou tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, podendo, ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, **poderes especialmente concedidos para atuar nos autos do processo de contas, em trâmite perante a Câmara Municipal de Jacareí.**

São Paulo, 10 de Dezembro de 2018.

HAMILTON RIBEIRO MOTA